

Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR

Balço Patrimonial
(Em Milhares de Reais)

| Ativo | 31 de dezembro de 2018 | 31 de dezembro de 2017 |
|--|------------------------------|------------------------------|
| Circulante | 102.827 | 85.865 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 69.609 | 57.073 |
| Contas a Receber de Clientes | 17.808 | 11.626 |
| Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores | 2.723 | 2.633 |
| Tributos a Recuperar | 1.317 | 1.945 |
| Estoques | 8.851 | 10.103 |
| Outros Direitos Realizáveis | 2.519 | 2.485 |
| Não Circulante | 116.497 | 139.610 |
| Direitos Realizáveis | 2.895 | 2.725 |
| Depósitos Judiciais | 2.895 | 2.725 |
| Imobilizado | 111.314 | 134.704 |
| Intangível | 2.288 | 2.181 |
| Total do Ativo | 219.324 | 225.475 |
| | | |
| Passivo e Patrimônio Líquido | 31 de dezembro de 2018 | 31 de dezembro de 2017 |
| Circulante | 173.965 | 14.744 |
| Fornecedores | 125.813 | 4.122 |
| Obrigações Sociais e Trabalhistas | 7.503 | 7.022 |
| Obrigações Fiscais e Tributárias | 301 | 113 |
| Axis/PDP Trastuzumabe | 36.876 | 0 |
| Outras Obrigações | 3.472 | 3.487 |
| Não Circulante | 1.392 | 2.079 |
| Provisões para Contingências | 1.392 | 2.079 |
| Patrimônio Líquido | 43.967 | 208.652 |
| Capital Social | 134.479 | 71.004 |
| Reservas de Capital | 34.351 | 34.351 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | 34.706 | 34.706 |
| Reservas de Lucros | 0 | 68.591 |
| Prejuízos Acumulados | (159.569) | 0 |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | 219.324 | 225.475 |



JULIO CESAR FELIX
Presidente - CPF 308.847.999-72



EMERSON BUSTOS TOZI
Contador CRC/PR-045122/O-6 - CPF 022.810.769-54

Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR

Demonstração do Resultado
(Em Milhares de Reais)

| | Em Milhares de Reais | |
|--|----------------------|------------|
| | Períodos | |
| | 01/jan./18 | 01/jan./17 |
| | a | a |
| | 31/dez./18 | 31/dez./17 |
| Receita Operacional Líquida | 404.647 | 97.469 |
| Custos dos Produtos e Serviços Prestados | (360.392) | 0 |
| Lucro Bruto | 44.255 | 97.469 |
| Despesas/Receitas Operacionais | (209.755) | (96.994) |
| Despesas c/ Pessoal | (54.669) | (51.355) |
| Despesas Gerais e Administrativas | (94.526) | (33.142) |
| Despesas Tributárias | (705) | (662) |
| Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos | (59.855) | (11.835) |
| Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras | (165.500) | 475 |
| Receitas Financeiras | 1.081 | 4.789 |
| Despesas Financeiras | (266) | (149) |
| Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social | (164.685) | 5.115 |
| IR e CS Correntes | 0 | 0 |
| Resultado Operacional | (164.685) | 5.115 |
| Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício | (164.685) | 5.115 |



JULIO CESAR FELIX
Presidente - CPF 308.847.999-72



EMERSON BUSTOS TOZI
Contador CRC/PR-045122/O-6 - CPF 022.810.769-54

Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR

Demonstração do Resultado Abrangente
(Em Milhares de Reais)

| | Em Milhares de Reais | |
|---------------------------------------|-------------------------|---------------------|
| | Períodos | |
| | 01/jan./18 | 01/jan./17 |
| | a | a |
| | 31/dez./18 | 31/dez./17 |
| Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício | <u>(164.685)</u> | <u>5.115</u> |
| Movimentação do Exercício | 0 | 0 |
| Resultado Abrangente do Exercício | <u><u>(164.685)</u></u> | <u><u>5.115</u></u> |



JULIO CESAR FELIX
Presidente - CPF 308.847.999-72



EMERSON BUSTOS TOZI
Contador CRC/PR-045122/O-6 - CPF 022.810.769-54

Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em Milhares de Reais

| Eventos | Capital Social | Reservas de Capital | Reservas de Lucros | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Total |
|--|----------------|---------------------|--|----------------------------------|--------------------------------|-----------|
| | | | Reservas de Lucros a Disposição dos Acionistas | | | |
| Saldos Iniciais em 01 de janeiro de 2017 | 71.004 | 0 | 63.475 | 0 | 0 | 134.479 |
| Lucro Líquido do Exercício | | | | | 5.115 | 5.115 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | | | | 34.706 | | 34.706 |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | | | | | 1 | 1 |
| Reservas de Capital | | 34.351 | 0 | | | 34.351 |
| Destinações Propostas no Exercício: - Constituição de Reservas | | | 5.116 | | (5.116) | 0 |
| Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2017 | 71.004 | 34.351 | 68.591 | 34.706 | 0 | 208.652 |
| Prejuízo do Exercício | | | | | (164.685) | (164.685) |
| Integralização de capital social | 63.475 | | (63.475) | | | 0 |
| Destinações Propostas no Exercício: - Reversão da Reserva de Lucros | | | (5.116) | | 5.116 | 0 |
| Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2018 | 134.479 | 34.351 | 0 | 34.706 | (159.569) | 43.967 |



JULIO CESAR FELIX
Presidente - CPF 308.847.999-72



EMERSON BUSTOS TOZI
Contador CRC/PR-045122/O-6 - CPF 022.810.769-54

Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR

Demonstração do Fluxo de Caixa
(Em Milhares de Reais)
(Método indireto)

| | Em Milhares de Reais | |
|---|----------------------|---------------|
| | Períodos | |
| | 01/jan./18 | 01/jan./17 |
| | a | a |
| | 31/dez./18 | 31/dez./17 |
| Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais | | |
| Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social | (164.685) | 5.115 |
| Ajustes por: | | |
| Provisão p/ Férias e Encargos | (299) | 38 |
| Provisão p/ Contingências | (687) | 2.079 |
| Alienações do Ativo Imobilizado | 21.720 | 0 |
| Depreciação e Amortização | 2.054 | 1.998 |
| Resultado Ajustado | (141.897) | 9.230 |
| (Aumento)/Redução dos Ativos: | | |
| Contas a Receber de Clientes | (6.182) | 14.520 |
| Tributos a Recuperar | 628 | (1.297) |
| Estoques | 1.252 | 1.068 |
| Depósitos Judiciais | (170) | 1.412 |
| Outros Direitos Realizáveis | (34) | 444 |
| Aumento/(Redução) dos Passivos: | | |
| Fornecedores | 121.691 | 1.386 |
| Obrigações Sociais e Trabalhistas | 780 | (3.597) |
| Obrigações Fiscais e Tributárias | 188 | (65) |
| Axis/PDP Trastuzumabe | 36.876 | 0 |
| Outras Obrigações | (15) | 291 |
| Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais | 13.117 | 23.392 |
| Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento | | |
| Aplicações no Imobilizado | (384) | (70.478) |
| Aplicações no Intangível | (107) | (1.229) |
| Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores | (90) | 19 |
| Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento | (581) | (71.688) |
| Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento | | |
| Reserva de Capital | 0 | 34.351 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | 0 | 34.706 |
| Caixa Líquido Proveniente (Usado) nas Atividades de Financiamento | 0 | 69.057 |
| Aumento Líquido/(Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixas | <u>12.536</u> | <u>20.761</u> |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício | 57.073 | 36.312 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício | 69.609 | 57.073 |



JULIO CESAR FELIX
Presidente - CPF 308.847.999-72



EMERSON BUSTOS TOZI
Contador CRC/PR-045122/O-6 - CPF 022.810.769-54

Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR

Curitiba - PR

Notas explicativas às Demonstrações Financeira do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2018

(Em Milhares de Reais)

Nota 1. Contexto Operacional

O Instituto está sediado em Curitiba/PR e tem como objeto social:

I – fomentar e proporcionar apoio científico e tecnológico às atividades dos diversos setores econômicos de interesse para o Estado e para o País.

II – criar ou adaptar tecnologias de interesse econômico e social visando ao desenvolvimento sustentável.

III – promover e desenvolver estudos e executar programas e projetos inovadores de caráter científico e tecnológico.

IV – realizar atividades de calibração de instrumentos de medição, de ensaios, de certificação e inspeção da conformidade e de controle da qualidade.

V – desenvolver e difundir tecnologias de gestão para a melhoria da competitividade das organizações públicas e privadas.

VI – formar e capacitar recursos humanos de interesse do desenvolvimento tecnológico e inovação, bem como aqueles necessários à execução de programas e projetos em articulação com universidades e centros de referência do País e do exterior.

VII – colaborar, desenvolver e oferecer cursos de graduação e pós-graduação stricto-sensu e lato-sensu, nas suas áreas de competência, diretamente ou em parceria com outras instituições, conferindo graus, diplomas e outros títulos cabíveis.

VIII – pesquisar, desenvolver, inovar, produzir e distribuir produtos para a área de saúde, medicamentos sintéticos, biológicos e biotecnológicos de interesse do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como produtos veterinários para políticas públicas de modo em geral.

IX – promover atividades em rede com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais nas áreas de sua atuação, bem como participar de iniciativas de inovação aberta.

X – promover a cultura empreendedora e favorecer o surgimento de novas empresas de base tecnológica inovadoras.

XI – incentivar a proteção legal de seus ativos intangíveis e promover a sua difusão.

XII – organizar, tratar e disseminar informação qualificada para o desenvolvimento tecnológico e inovação;

XIII – promover o processo de inclusão digital favorecendo o desenvolvimento socioeconômico;

XIV – desempenhar atividades de interesse das políticas industrial e de ciência, tecnologia e inovação do País, observados os interesses do Estado do Paraná; e

XV – Adotar e disseminar práticas de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social corporativa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração do Instituto em 05 de fevereiro de 2019.

Reestruturação 2018

O Ministério da Saúde tem como estratégia desenvolver a base produtiva relacionada à saúde, conhecida como Complexo Econômico Industrial da Saúde (CEIS). Para isso delineou como estratégica a nacionalização da produção de medicamentos por meio de parcerias com empresas privadas que se comprometem a transferir a tecnologia de produção do medicamento aos laboratórios públicos nacionais como o Instituto. As Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) são acordos colaborativos entre instituições públicas e entidades privadas para desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia, produção, capacitação produtiva e tecnológica do país em produtos estratégicos para atendimento às demandas do SUS. O Ministério da Saúde compromete-se a oferecer às empresas uma parcela definida do mercado ao longo dos 10 anos, após a aprovação da PDP. A aquisição do produto objeto da PDP se dá entre o Ministério da Saúde e a instituição pública a partir do primeiro ano da transferência de tecnologia. Após a finalização da PDP, a internalização da tecnologia terá reduzido a dependência de importação dos medicamentos e terá implantado capacitação tecnológica no laboratório público, o qual atenderá a demanda do SUS. O Instituto submeteu e teve aprovados 6 projetos de PDP. Destes, o Medicamento Trastuzumabe é o primeiro a iniciar a fase de fornecimento. Após contratualização com as empresas parceiras da PDP, em 2018 (1º semestre) o Instituto forneceu ao Ministério da Saúde, de acordo com o termo de contrato 61/2018 172.374 doses do trastuzumabe importado do fornecedor Roche (registro sanitário do produto objeto da PDP é da entidade privada).

Conforme anexo XCV da Portaria de Consolidação nº5/2017:

Art. 45. Até o início da fase de PDP, a instituição pública e a entidade privada formalizarão acordo ou contrato de desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia do produto objeto da PDP com observância dos critérios, diretrizes e orientações deste Anexo, sem interveniência do Ministério da Saúde.

Parágrafo Único. A existência do acordo ou contrato de desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia do produto objeto da PDP e a sua apresentação ao Ministério da Saúde pela instituição pública é requisito para a formalização do primeiro fornecimento do produto objeto de PDP. Art. 51. A PDP inicia-se com a demonstração ao Ministério da Saúde pela instituição pública do início da etapa de desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia, capacitação industrial e tecnológica, em conjunto com o primeiro fornecimento do produto objeto de PDP ao Ministério da Saúde pela instituição pública. § 1º O ano 1 (um) da PDP se iniciará a partir da publicação do instrumento específico para o primeiro fornecimento do produto objeto da PDP pela instituição pública ao Ministério da Saúde no DOU.

Art. 53 . Para a primeira aquisição, o registro sanitário do produto objeto da PDP poderá ser da instituição pública ou da entidade privada, desde que esteja em processo comprovado de desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia, nos termos do inciso XXXII do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Trastuzumabe

Por meio de projetos de Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), submetidos ao Ministério da Saúde o Instituto, em atendimento à Portaria nº542, de 27/fev./17, produzirá o medicamento biológico trastuzumabe destinado ao tratamento de câncer de mama para atendimento às demandas do SUS. Sua produção será por meio de transferência de tecnologia através parcerias que envolvem a cooperação entre o Instituto e a entidades privadas, Axis Biotec e F.Hoffmann La Roche.

O Trastuzumabe é uma tecnologia incorporada no âmbito do SUS pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) que recomendou sua incorporação para tratamento de câncer de mama inicial (Portaria SCTIE/MS nº19, de 25 de julho de 2012), Câncer localmente avançado (Portaria SCTIE/MS nº18, de 25 de julho de 2012) e, recentemente, Câncer metastático (Portaria SCTIE/MS nº29, de 02 de agosto de 2017).

Suspensão do Projeto

O projeto PDP está suspenso pelo MS-Ministério da Saúde com base no ofício nº 2836/2018/SCTIE/GAB/SCTIE/MS, de 27 de novembro de 2018, no qual resultou na comunicação de suspensão por parte da parceira detentora da tecnologia parceiro privado internacional.

Retorno ao orçamento do Estado

Quanto à possibilidade do retorno do Tecpar ao orçamento fiscal do estado, ainda durante o exercício de 2018, os técnicos apontaram a necessidade, os conselhos fiscais e de administração compreenderam e fizeram registrar em atas e o grupo de transição do governo fez com que constasse na Lei Orçamentária Anual de 2019 – LOA/2019, Lei Estadual 19.766 de 17 de dezembro de 2018, em seu Art. 22, o seguinte texto:

“.Art. 22. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento fiscal a unidade orçamentaria Instituto de Tecnologia do Paraná – Tecpar e consignar as despesas correspondentes mediante cancelamento de suas dotações no orçamento de investimento até o limite de R\$ 423.072.840,00 (quatrocentos e vinte e três milhões, setenta e dois mil e oitocentos e quarenta reais). ”

Já em 2019, a equipe técnica buscou a Coordenação do Orçamento do Estado que apontou o caminho do retorno através de um expediente protocolado para aquele Órgão, com um texto explicativo de contextualização dos fatos e a indicação para alocação orçamentária dos recursos o que foi feito pelo ofício DE/PPRE/003/2019 de 23 de janeiro de 2019. Segue-se agora os trâmites internos na Secretária da Fazenda para reestabelecimento da Unidade e inclusão dos dados do Tecpar no Orçamento do Estado com uma expectativa que isso ocorra ainda na primeira quinzena do mês de fevereiro.

Como consequência do retorno do Tecpar ao orçamento, além dos recursos próprios, o Tecpar passa a contar com aproximadamente 80 milhões de reais em suplementações no seu orçamento, oriundos de subvenção e Fundos Governamentais.

Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa "3".

2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3 Instrumentos Financeiros

2.3.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pelo Instituto são classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos Financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso do Instituto, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de “Receitas Financeiras e Despesas Financeiras”.

Em 31 de dezembro de 2018, o Instituto possui Caixas e Equivalentes de Caixa (nota explicativa “4”), nessa classificação.

- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2018, o Instituto não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

- Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2018, o Instituto possui Contas a Receber de Clientes (nota explicativa “5”), nessa classificação.

- Passivos Financeiros

O Instituto não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

- Outros Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2018, no caso do Instituto, compreendem saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa “12”).

2.3.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Instituto se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Instituto tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" no período em que ocorrem.

2.3.3 Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4 Contas a Receber de Clientes e Créditos de Liquidação Duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no decurso normal das atividades do Instituto. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

2.5 Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio histórico, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos históricos e conversão bem como custos para colocar os estoques em sua localização e condição atual. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa “8”.

2.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Instituto, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na nota explicativa “10”.

2.7 Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização, quando aplicável, a qual leva em consideração o prazo de vida útil e/ou de realização estimado dos ativos intangíveis.

2.8 Contas a Pagar aos Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços, conforme mencionamos na nota explicativa “12”.

2.9 Demais Ativos e Passivos

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base “pro-rata die”.

2.10 Provisões

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do Instituto. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa “17”.

2.11 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Instituto nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações intermediárias. O imposto de renda e contribuição social diferido são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O Regime tributário do Instituto é o Lucro Real.

2.12 Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades do Instituto, conforme mencionado na nota explicativa “19”.

2.13 CPC 06 (R2) / IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil

IFRS 16, “Arrendamento”, emitido em janeiro de 2016. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, sem a exigência de reapresentação dos saldos de anos anteriores.

De acordo com a avaliação preliminar da Administração, essa norma não trará um impacto significativo. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja concluída análise detalhada.

Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Instituto.

Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, o Instituto faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades do Instituto. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Imposto de Renda, Contribuição Social e outros Impostos

O Instituto reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas informações intermediárias e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Provisões para riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

O Instituto é parte de processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa “17”.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações intermediárias.

Nota 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

| | 31 de Dezembro de 2018 | 31 de Dezembro de 2017 |
|----------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| Caixa e Bancos | 64 | 474 |
| Aplicação de Liquidação Imediata | 69.545 | 56.599 |
| | <u>69.609</u> | <u>57.073</u> |

Nota 5. Contas a Receber de Clientes

Os saldos estão registrados pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade do Instituto, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários, e são decorrentes de operações comerciais com empresas ligadas menos a provisão para perdas no recebimento de clientes "PCLD" (*impairment*). O saldo está assim composto:

| | 31 de Dezembro de 2018 | 31 de Dezembro de 2017 |
|--|------------------------------|------------------------------|
| Contas a Receber de Clientes (a) | 80.470 | 13.063 |
| (-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (b) | (62.662) | (1.437) |
| | <u>17.808</u> | <u>11.626</u> |

a) O aumento no saldo a receber é decorrente do advento da venda do Trastuzumabe, que é uma tecnologia incorporada no âmbito do SUS pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) que recomendou sua incorporação para tratamento de câncer de mama inicial (Portaria SCTIE/MS nº19, de 25 de julho de 2012), Câncer localmente avançado (Portaria SCTIE/MS nº18, de 25 de julho de 2012) e, recentemente, Câncer metastático (Portaria SCTIE/MS nº29, de 02 de agosto de 2017), conforme nota explicativa 1.

b) No exercício de 2018 foi realizada uma venda do medicamento trastuzumabe ao MS – Ministério da Saúde a um preço unitário de R\$ 1.293,10, onde por meio de uma ação do TCU – Tribunal de Contas da União houve questionamento do preço praticado frente ao adquirido pelo MS-Ministério da Saúde no ano anterior, logo recomendou para glosar as parcelas adimplidas ou a adimplir, que representa 27,39% do contrato.

Nesse sentido, tendo em vista a provável não recuperabilidade de parte dos ativos oriundos das referidas vendas, a diferença referente aos 27,39% foram devidamente provisionadas.

Nota 6. Adiantamentos Funcionários e Fornecedores

| | 31 de Dezembro de 2018 | 31 de Dezembro de 2017 |
|------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| Adiantamentos a Funcionários | 543 | 373 |
| Adiantamentos a Fornecedores | 2.180 | 2.260 |
| | <u>2.723</u> | <u>2.633</u> |

Nota 7. Tributos a Recuperar

| | 31 de Dezembro de 2018 | 31 de Dezembro de 2017 |
|--------------------|------------------------------|------------------------------|
| IRRF a Compensar | 412 | 1.391 |
| CSLL a Compensar | 138 | 128 |
| COFINS a Compensar | 628 | 350 |
| PIS a Compensar | 139 | 76 |
| | <u>1.317</u> | <u>1.945</u> |

Nota 8. Estoques

| | 31 de Dezembro de 2018 | 31 de Dezembro de 2017 |
|----------------------|------------------------------|------------------------------|
| Estoque de Vacinas | 6.665 | 6.108 |
| Estoque de Antígenos | 12 | 891 |
| Almoxarifado | 2.068 | 3.007 |
| Demais Estoques | 106 | 97 |
| | <u>8.851</u> | <u>10.103</u> |

Nota 9. Depósitos Judiciais

| | 31 de Dezembro de 2018 | 31 de Dezembro de 2017 |
|----------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| Depósitos Judiciais Trabalhistas | 2.895 | 2.725 |
| | <u>2.895</u> | <u>2.725</u> |

Nota 10. Imobilizado

A composição dos saldos está assim demonstrada:

| Imobilizado | Taxa de Depreciação % | Custo de Aquisição | Depreciação Acumulada | 31 de | Custo de Aquisição | Depreciação Acumulada | 31 de |
|----------------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|------------------|--------------------|-----------------------|------------------|
| | | | | Dezembro de 2018 | | | Dezembro de 2017 |
| | | | | Saldo Residual | | | Saldo Residual |
| Máquinas e Equipamentos | 5% | 53.564 | (27.331) | 26.233 | 53.271 | (26.165) | 27.106 |
| Terrenos | 0% | 69.492 | 0 | 69.492 | 91.171 | 0 | 91.171 |
| Edificações | 3% | 23.720 | (13.347) | 10.373 | 23.720 | (13.206) | 10.514 |
| Móveis e Utensílios | 7% | 2.865 | (1.822) | 1.043 | 2.794 | (1.755) | 1.039 |
| Computadores e Periféricos | 33% | 8.508 | (7.756) | 752 | 8.488 | (7.224) | 1.264 |
| Ferramentas e Instalações | 7% | 7.814 | (5.005) | 2.809 | 7.816 | (4.842) | 2.974 |
| Veículos | 7% | 1.132 | (528) | 604 | 1.173 | (545) | 628 |
| Outras Imobilizações | 4% | 8 | 0 | 8 | 8 | 0 | 8 |
| | | <u>167.103</u> | <u>(55.789)</u> | <u>111.314</u> | <u>188.441</u> | <u>(53.737)</u> | <u>134.704</u> |

A seguir está demonstrada a movimentação ocorrida no imobilizado do Instituto no período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, a saber:

| Imobilizado | 31 de | Aquisições | Baixas | Depreciação | 31 de |
|----------------------------|------------------|------------|-----------------|----------------|------------------|
| | Dezembro de 2017 | | | | Dezembro de 2018 |
| Máquinas e Equipamentos | 27.106 | 293 | 0 | (1.166) | 26.233 |
| Terrenos | 91.171 | 0 | (21.679) | 0 | 69.492 |
| Edificações | 10.514 | 0 | 0 | (141) | 10.373 |
| Móveis e Utensílios | 1.039 | 72 | 0 | (68) | 1.043 |
| Computadores e Periféricos | 1.264 | 19 | 0 | (531) | 752 |
| Ferramentas e Instalações | 2.974 | 0 | 0 | (165) | 2.809 |
| Veículos | 628 | 0 | (41) | 17 | 604 |
| Outras Imobilizações | 8 | 0 | 0 | 0 | 8 |
| | <u>134.704</u> | <u>384</u> | <u>(21.720)</u> | <u>(2.054)</u> | <u>111.314</u> |

Nota 11. Intangível

A composição dos saldos está assim demonstrada:

| Imobilizado | Taxa de Amortização % | Custo de Aquisição | Amortização Acumulada | 31 de | Custo de Aquisição | Amortização Acumulada | 31 de |
|-----------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|------------------|--------------------|-----------------------|------------------|
| | | | | Dezembro de 2018 | | | Dezembro de 2017 |
| | | | | Saldo Residual | | | Saldo Residual |
| Softwares | | 4.694 | (2.434) | 2.260 | 4.586 | (2.433) | 2.153 |
| Direitos de Uso | | 28 | 0 | 28 | 28 | 0 | 28 |
| | | <u>4.722</u> | <u>(2.434)</u> | <u>2.288</u> | <u>4.614</u> | <u>(2.433)</u> | <u>2.181</u> |

A seguir está demonstrada a movimentação ocorrida no intangível do Instituto no período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, a saber:

| Imobilizado | 31 de Dezembro de 2017 | Aquisições | 31 de Dezembro de 2018 |
|-----------------|------------------------------|------------|------------------------------|
| Softwares | 2.153 | 107 | 2.260 |
| Direitos de Uso | 28 | 0 | 28 |
| | <u>2.181</u> | <u>107</u> | <u>2.288</u> |

Nota 12. Fornecedores

O Instituto possui títulos de fornecedores registrados no passivo circulante (com prazo de vencimento em até 12 meses), representando R\$ 125.813 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 4.122 em 31 de dezembro de 2017).

O aumento no saldo de fornecedores é decorrente do aumento no volume de aquisições, devido o advento da venda do Trastuzumabe, que é uma tecnologia incorporada no âmbito do SUS pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) que recomendou sua incorporação para tratamento de câncer de mama inicial (Portaria SCTIE/MS nº19, de 25 de julho de 2012), Câncer localmente avançado (Portaria SCTIE/MS nº18, de 25 de julho de 2012) e, recentemente, Câncer metastático (Portaria SCTIE/MS nº29, de 02 de agosto de 2017), conforme nota explicativa 1.

Nota 13. Obrigações Sociais e Trabalhistas

| | 31 de Dezembro de 2018 | 31 de Dezembro de 2017 |
|-------------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| FGTS a Recolher | 265 | 281 |
| INSS a Recolher | 753 | 799 |
| IRRF a Recolher | 528 | 564 |
| Salário Educação | 56 | 59 |
| Auxílio Alimentação | 233 | 4 |
| Previdência Privada | 152 | 0 |
| Assistência Médica e Seguro de Vida | 500 | 0 |
| Provisões Trabalhistas | 5.016 | 5.315 |
| | <u>7.503</u> | <u>7.022</u> |

Nota 14. Obrigações Fiscais e Tributárias

| | 31 de Dezembro de 2018 | 31 de Dezembro de 2017 |
|---------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| ICMS a Recolher | 1 | 50 |
| ISS a Recolher | 90 | 33 |
| IPTU a Recolher | 81 | 0 |
| IRRF Retido a Recolher | 37 | 7 |
| PIS, COFINS, CSLL Lei 10.833/03 | 92 | 0 |
| Demais Tributos a Recolher | 0 | 23 |
| | <u>301</u> | <u>113</u> |

Nota 15. Axis/PDP Trastuzumabe

| | 31 de Dezembro de 2018 | 31 de Dezembro de 2017 |
|-----------------------|------------------------------|------------------------------|
| Axis/PDP Trastuzumabe | 36.876 | 0 |
| | <u>36.876</u> | <u>0</u> |

Saldo decorrente do contrato de transferência de tecnologia, fabricação e fornecimento do medicamento Trastuzumabe durante a execução do projeto executivo de parceria para o desenvolvimento produtivo do respectivo medicamento, conforme mencionado na nota explicativa 1.

Nota 16. Outras Obrigações

| | 31 de Dezembro de 2018 | 31 de Dezembro de 2017 |
|-----------------------|------------------------------|------------------------------|
| Bens em Consignação | 2.458 | 2.466 |
| Reajuste ACT/2017 | 880 | 873 |
| Demais Contas a Pagar | 134 | 148 |
| | <u>3.472</u> | <u>3.487</u> |

Nota 17. Contingências Passivas

Conforme o relatório apresentado pelos assessores jurídicos do Instituto, para o mês de dezembro de 2018, existe contingências passivas decorrentes de processos judiciais em andamento com probabilidade de perda possível, relativos a reclamatórias trabalhistas, conforme demonstrado abaixo:

| Probabilidade | Tratamento Contábil | 31 de Dezembro de 2018 Valor |
|---------------|--------------------------------|---------------------------------------|
| Provável | Provisionar na Contabilidade | 1.392 |
| Possível | Divulgar em Notas Explicativas | <u>1.562</u> |

| | |
|-------|-------|
| Total | 2.954 |
|-------|-------|

Nota 18. Patrimônio Líquido

| | 31 de Dezembro de 2018 | 31 de Dezembro de 2017 |
|--------------------------|------------------------------|------------------------------|
| <u>Capital Subscrito</u> | <u>134.479</u> | <u>71.004</u> |
| | <u>134.479</u> | <u>71.004</u> |

No dia 28/ago./17, foi realizada a ata da sexagésima reunião ordinária do conselho de administração do Instituto de Tecnologia do Paraná, onde foi proposto o aumento de capital com o saldo de reservas de lucros, no montante de R\$ 63.475.895,05.

No dia 23/abr./18 foi realizada a Ata da Primeira Assembleia Geral Extraordinária, contanto com a presença do Secretário Executivo do Conselho de Controle das Empresas Estatais - CCEE, designado por meio da Resolução SEFA nº 180/2018, Sr. Sérgio Luiz Beggiano Junior, nos termos da Delegação de poderes nº 003/2018.

O acionista aprovou a proposta da Administração do Instituto para aumento do Capital Social, passando de R\$ 71.004 para R\$ 134.479.

Reservas de Capital / Doações Patrimoniais do Poder Público

Os valores registrados neste exercício perfazem o montante de R\$ 34.351 milhões, conforme segue:

I) O valor de R\$ 18.470 milhões, refere-se ao terreno/quadra nº 18 do Parque Industrial de Maringá com área de 51.306,56 m², que foi doado ao Instituto de Tecnologia do Paraná – Tecpar pela Prefeitura do Município de Maringá, para construção do Parque Biotecnológico da Saúde, conforme Lei Municipal nº 10.432.

II) O valor de R\$ 15.881 milhões, refere-se ao terreno/quadra nº 19 do Parque Industrial de Maringá com área de 44.114,00 m², que foi doado ao O Instituto de Tecnologia do Paraná – Tecpar pela Prefeitura do Município de Maringá, para construção do Parque Biotecnológico da Saúde, conforme Lei Municipal nº 10.432.

Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os valores registrados em Ajuste de Avaliação Patrimonial neste exercício totalizam R\$ 34.706 milhões, conforme segue:

I) O valor de R\$ 25.847 milhões, refere-se ao Ajuste de Avaliação Patrimonial de Ativos, registrado de acordo com Laudo de Avaliação de Imóveis (terrenos), realizado em 2017 por empresa especializada. Este laudo é base para a aplicação do custo atribuído (deemed cost), conforme previsão na Lei 11.638/07, 11.941/09 e Pronunciamentos Contábeis. O ajuste referido se faz para o terreno da cidade de Curitiba-PR, unidade CIC.

II) O valor de R\$ 8.859 milhões, refere-se ao Ajuste de Avaliação Patrimonial de Ativos, registrado de acordo com Laudo de Avaliação de Imóveis (terrenos), realizado em 2017 por empresa especializada. Este laudo é base para a aplicação do custo atribuído (deemed cost), conforme previsão na Lei 11.638/07, 11.941/09 e Pronunciamentos Contábeis. O ajuste referido se faz para o terreno da cidade de

Jacarezinho-PR.

Nota 19. Receita Operacional Líquida

| | 31 de Dezembro de 2018 | 31 de Dezembro de 2017 |
|----------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| Receita Operacional Bruta | | |
| Receita com Vendas de Produtos | 444.841 | 44.600 |
| Receita com Serviços | 10.091 | 7.521 |
| Receita com Convênios e Repasses | 117 | 26.583 |
| Receita com Subvenções | 0 | 22.130 |
| (-) Deduções | | |
| Devoluções e Abatimentos | (48.994) | (1.645) |
| Impostos e Contribuições | (1.408) | (1.720) |
| Receita Operacional Líquida | <u>404.647</u> | <u>97.469</u> |

O aumento no volume de vendas é decorrente do advento da venda do Trastuzumabe, que é uma tecnologia incorporada no âmbito do SUS pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) que recomendou sua incorporação para tratamento de câncer de mama inicial (Portaria SCTIE/MS nº19, de 25 de julho de 2012), Câncer localmente avançado (Portaria SCTIE/MS nº18, de 25 de julho de 2012) e, recentemente, Câncer metastático (Portaria SCTIE/MS nº29, de 02 de agosto de 2017), conforme nota explicativa 1.

Nota 20. Receitas e Despesas Financeiras

| | 31 de Dezembro de 2018 | 31 de Dezembro de 2017 |
|-------------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| (+) Receitas Financeiras | | |
| Rendimentos de Aplicação Financeira | 981 | 4.756 |
| Juros Ativos | 18 | 20 |
| Outras Receitas Financeiras | 82 | 13 |
| Total Receitas Financeiras | <u>1.081</u> | <u>4.789</u> |
| (-) Despesas Financeiras | | |
| Juros Passivos | (255) | (143) |
| Outras Despesas Financeiras | (11) | (6) |
| Total Despesas Financeiras | <u>(266)</u> | <u>(149)</u> |

Nota 21. Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos

| | 31 de Dezembro de 2018 | 31 de Dezembro de 2017 |
|--|------------------------------|------------------------------|
| (+) Outros Ganhos | | |
| Reversão Provisões | 687 | 216 |
| Receita com Doações | 0 | 4 |
| Outras Receitas | 821 | 400 |
| Total Outros Ganhos | 1.508 | 620 |
| (-) Outras Perdas | | |
| Varição em Estoques | (4.383) | (12.455) |
| Provisão Acordo Coletivo | (476) | 0 |
| Provisão para Perdas com Clientes (Nota explicativa 5) | (56.504) | 0 |
| Total Outras Perdas | (61.363) | (12.455) |
| Total Outros Ganhos/(Perdas) | (59.855) | (11.835) |

Nota 22. Seguros (não auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, a contratação de seguros é efetuada de acordo com o grau dos riscos envolvidos, cuja política é contratar por valores condizentes.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração do Instituto que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.



JULIO CESAR FELIX
Presidente - CPF 308.847.999-72



EMERSON BUSTOS TOZI
Contador CRC/PR-045122/O-6 - CPF 022.810.769-54